

Mercantilização e Precarização da Educação: Um Olhar Sobre o Curso de Serviço Social do Vale do Mucuri

Cristiane A. Moreira¹, Cristina X. Cordeiro²

¹ *Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Campus Teófilo Otoni, Teófilo Otoni – MG – cristiane.ataide@bol.com.br*

² *Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Campus Teófilo Otoni, Teófilo Otoni –MG – cristinaxc@yahoo.com.br*

Resumo

A Política da Educação é um campo travejado de disputas de poderes e lutas de classes. No início da década de 90, essas lutas acirraram-se no Brasil, pois de um lado tinha-se uma grande parcela da sociedade demandando a presença de um Estado máximo que garantisse a efetivação de seus direitos sociais e por outro lado, um pequeno grupo dominante que pressionando por uma maior liberdade de mercado. Em meio a esse contexto, ganha força o neoliberalismo e sua proposta de estado mínimo, de ampliação das iniciativas privadas e de precarização dos espaços públicos, traçando assim, novos caminhos à política da educação, que passa a se orientar em favor do grande capital. Nessa perspectiva, o presente texto visa problematizar algumas questões acerca dos reflexos do neoliberalismo e da globalização na política da educação, através da expansão do ensino superior privado, de modo especial a difusão dos cursos de Serviço Social nas instituições de ensino privado, bem como as particularidades desse curso no Vale do Mucuri - Minas Gerais.

Palavras-Chave: Neoliberalismo; Mercantilização do ensino superior e Curso de Serviço Social.

1 Introdução

O presente texto tem como objetivo analisar o processo de expansão do ideário neoliberal, o conseqüente alijamento do Estado do cenário social e o avanço do mercado no controle das políticas sociais, particularmente da política de educação. Buscamos enfatizar, nesta análise, os reflexos dessa expansão capitalista nos cursos de serviço social, de modo especial os casos do Vale do Mucuri - nordeste de Minas Gerais. Tais reflexões nasceram da luta junto ao movimento estudantil da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM -, que desde 2006, quando foi criado o Campus Mucuri e o curso de Serviço Social, tem incansavelmente buscado construir uma universidade verdadeiramente pública e de qualidade nos Vales e para os Vales do Mucuri e Jequitinhonha.

Este artigo é fruto também da nossa inserção no projeto de extensão “*Relações Sociais na Ordem do Capital*”, iniciado pelo curso de Serviço Social da UFVJM em 2008. O projeto tem como objetivo contribuir com a formação continuada dos assistentes sociais do Vale do Mucuri, em uma perspectiva crítico-dialética. No que se refere à metodologia, os trabalhos são desenvolvidos por meio de módulos, debatidos quinzenalmente entre os professores da UFVJM e os assistentes sociais da região. Além disso, são desenvolvidos grupos focais e entrevistas com os participantes a respeito das relações sociais nas quais estão inseridos, trabalho e formação profissional. Desse modo, ao longo das atividades, pode-se verificar algumas carências decorrentes do processo de formação desses assistentes sociais, bem como que o curso de Serviço Social na região do Vale do Mucuri é predominantemente ofertado por instituições de natureza privada, sendo que, somente no ano de 2006 passou a ser oferecido por uma universidade pública, a UFVJM. Essa realidade evidencia uma lógica das políticas sociais, em especial a política da educação, que se generalizou a partir da década de 1990 com

o desenvolvimento do projeto neoliberal, a mundialização do capital, a globalização e por consequência a política de incentivo à privação do ensino superior. É disso, sobretudo que tratam as próximas linhas...

2 As novas faces do desenvolvimento capitalista e seus rebatimentos nas políticas sociais

Ao se problematizar a situação da educação brasileira na atualidade é importante situar o cenário econômico e político no qual ela tem se desenvolvido, destacando a importância do fenômeno financeirização, o papel do Banco Mundial e da globalização nos rumos que a educação tem seguido.

No final da década de 1980 e início dos anos 90, o Brasil passava por um momento de democratização do Estado e consolidação dos direitos sociais, legitimados na Constituição Federal de 1988 e, ao mesmo tempo gestava o embrião do neoliberalismo. Com isso uma grande contradição se deflagrava no país, pois por um lado uma parcela da sociedade pressionava pela presença de um Estado máximo que respondesse às suas demandas por saúde, educação, transporte e habitação, e por outro lado um pequeno grupo dominante exigia um Estado mínimo, que não intervisse nos acordos e projetos econômicos, que reduzisse seus gastos com serviços públicos sociais e que atuasse mais pontualmente como um agente fiscalizador e gerenciador das crises do capitalismo.

Em meio a essa contradição, vivenciamos uma esmagadora vitória dos projetos burgueses expressos na expansão da ofensiva neoliberal. Tem-se cada vez mais um Estado alheio aos projetos que atendam as necessidades e interesses da maioria da população. Em contra partida, um Estado muito mais articulado aos interesses dos grandes capitalistas. Ocorre “uma transferência claríssima, nítida, cristalina, de todos os centros intermediários de decisão para a área de influência do grande capital” (NETTO, 2000).

Aliadas ao desenvolvimento do neoliberalismo, estão a globalização das relações sociais e a mundialização do Capital. Torres (1995) argumenta que a globalização se apresenta como um mecanismo de expansão do Capital em escala ampliada, incluindo difusão de modelo hegemônico de economia, ciência, tecnologia, cultura e de ideologia, numa lógica de redefinição das relações entre as nações e ampliação da mobilidade financeira, através dos intercâmbios internacionais. Com isso, o que se tem é uma padronização, isto é, uma tentativa de homogeneização das relações sociais e um favorecimento à concentração de capitais nas mãos de um restrito grupo dominante.

Além disso, com a crescente mundialização do capital, através da financeirização, ocorre uma re-definição do papel dos Estados nacionais periféricos, que passam a atuar no sentido de “aplicar incentivos fiscais, garantir escoamentos suficientes e institucionalizar processos de liberação e desregulamentação, em nome da competitividade” (BEHRING, 2009). Nessa lógica, ocorre também uma redução da autonomia interna desses Estados, devido a uma situação de dependência cíclica historicamente vivenciada por esses países, na qual eles se encontram reféns das dívidas públicas, que se apresentam como “instrumento de pressão político-econômico e chantagem sobre os Estados nacionais, para que implementem suas políticas e não exerçam a soberania” (BEHRING, 2009)

A autora acrescenta que o modelo de ajuste dos Estados periféricos, proposto pelo Banco Mundial e o FMI reforça ainda mais a perda do poderio nacional desses países. No Brasil, por exemplo, desde o início da década de 90, vem adotando-se uma política de potencialização da exportação e de aumento das taxas de juros o que implica em uma desvalorização do crescimento industrial interno e uma dependência maior dos países emergentes em relação às grandes potências econômicas.

Essas ações de valorização do mercado externo têm rebatimentos profundos na gestão das políticas públicas e na garantia da universalização dos direitos sociais. Isso porque, as verbas que deveriam ser destinadas à efetivação dessas políticas, garantindo maior bem estar da população brasileira, são destinadas á áreas de interesse grande capital financeiro.

Para o capitalismo garantir sua reprodução ampliada, alicerçado nessa lógica neoliberal de mundialização do Capital, à custa de tanta mazela social e, além disso, conseguir impedir o levante das massas, é necessário criar estratégias ideológicas de manutenção da sua hegemonia. Para isso, os neoconservadores têm buscado maximizar a alienação em relação à “questão social” utilizando-se de diversos mecanismos de difusão da ideologia burguesa, tais como a mídia e a educação.

A educação se apresenta como um espaço privilegiado no processo de propagação da cultura burguesa e dos seus interesses mercantis. Existe uma cumplicidade de determinados grupos científicos em reproduzir acriticamente os interesses capitalistas, por meio principalmente do chamado pensamento pós-moderno¹, que segundo Behring (2009), citando Jameson (1996), tem se apresentado como uma “dominante cultural e estética integrada à produção de mercadorias”.

Aliado a isso, a classe dominante tem incisivamente buscado desmobilizar e deslegitimar todas as lutas e conquistas dos movimentos sociais, bem como têm desregulamentado os direitos sociais, duramente conquistados nos anos anteriores. De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES – (2007), o conceito de Direito Social enquanto direito de todos e dever do Estado, previsto no Art. 6º da CF/88, foi substituído por “serviços sociais e científicos”, de modo que assim esses serviços deixassem de ser responsabilidades exclusivas do Estado, abrindo espaço para a iniciativa privada, “os direitos sociais passam a ser direitos do consumidor” (BEHRING, 2009).

Os serviços sociais que deveriam ser ofertados gratuitamente a todas e todos por meio de políticas públicas passam a ser, em grande parte, regulado pelas leis de oferta e procura, em que as pessoas que possuem condições mínimas de compra desses serviços acessam-nos via mercado e aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade social são atendidas pelo Estado via Assistência Social. Os direitos à educação, trabalho, saúde, entre outros, foram duramente atacados, através do precarização dos espaços públicos de ensino, ampliação da terceirização dos espaços de trabalho e do fortalecimento das parcerias público-privada no campo da saúde.

Portanto, o campo social passou a ser tratado pelo Estado de forma pontual e precária, em razão de suas ações se orientarem no sentido de capitalização da dívida pública e de valorização do capital internacional. E, para garantir a manutenção dessa lógica, os capitalistas buscaram propagar a idéia de crise fiscal do Estado. Assim, as políticas sociais passaram a ser consideradas como: “paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo de trabalho” e por isso, devendo ser preferencialmente, acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados (BEHRING, 2009). Assim, o que observamos é o desmonte das políticas sociais, expresso na precarização, focalização, fragmentação e privatização dos serviços públicos, estimulando às ações de solidariedade entre as pessoas. A universalidade e a proteção social foram fortemente tencionadas por essa lógica de maximização de lucros, em que ocorre uma supercapitalização com a privatização dos setores de utilidade pública, afirma Behring (2007).

¹ A pós-modernidade tem como características principais a descrença nas macro-teorias sobre a sociedade que enfocam categorias como totalidade e essência, isso leva à “emergência de outras [teorias] mais locais e operativas, originando, assim, um modo de análise da realidade mais flexível, fragmentado e subjetivo” (SIMIONATTO, 2009, p.6).

3 Impactos do neoliberalismo na política de educação: mercantilização do ensino superior

Essas “reformas”, ou nos termos de Behring (2007), “contra reforma”², no campo das políticas sociais atingiram profundamente a política da educação. Os reflexos disso se expressam na conhecida “reforma universitária” intensificada nos governos Lula através do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE - que foi incorporado ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - como uma estratégia de promover o “desenvolvimento” do país. Contudo, sabe-se que assim como os outros projetos incluídos no PAC, este plano de educação regulariza as parcerias público-privado, deslocando o papel do Estado de garantidor da educação pública, para o mercado.

Essa “reforma” subordina os objetivos universitários às demandas do capital “o mercado passa a ser uma das referências da vida acadêmica porque passa a legitimar a eficácia universitária”, assevera Netto (2000). O autor complementa que essa “reforma” trata-se:

Favorecimento da expansão do privatismo, a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a supressão do caráter universalista, a subordinação das demandas do mercado, a redução do grau de autonomia pensada apenas como autonomia financeira, a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, nexos organizador da vida universitária.

Em conformidade com Netto (2000), o sindicato ANDES (2009) aponta que a “Reforma Universitária” do governo Lula configura-se muito mais como uma contra-reforma, pois ela caminha no sentido *contrário* aos anseios históricos do povo brasileiro e das necessidades reais do país. Pois, embora ela tenha possibilitado a ampliação do número de vagas nas universidades públicas, o Estado não garantiu a ampliação dos investimentos na mesma proporção, levando assim a uma expansão sem qualidade, uma vez que não se cria infraestrutura adequada, suficiente número de professores, biblioteca vasta, entre outras questões importantes para se garantir uma formação profissional.

Entre as principais características dessa estratégia política para o campo da educação estão as expansões mal planejadas e os programas de desestruturação do eixo ensino, pesquisa e extensão, a criação das Universidades Novas; o favorecimento aos cursos técnicos e à distância, através da ampliação das escolas EAD – Educação a Distância - e redes IFETs – Instituto Federal de Educação Tecnológica -, voltados para uma formação rápida de redução de custos e de atendimento às demandas do mercado de trabalho.

Além disso, tem-se o favorecimento às instituições privadas, através dos decretos, resoluções, programas e projetos enunciados pelo MEC, principalmente os do tipo PROUNI e Fies que buscam unir incentivo do Governo e ação empresarial. Embora tais parcerias possibilitam um maior ingresso de pessoas ao ensino superior, tratam-se de uma transferência direta dos fundos públicos para a iniciativa privada. Sabe-se que se igual investimento fosse destinado às universidades públicas geraria um número maior de vagas.

A respeito do incentivo ao privatismo, o BM conclui que o Estado deve criar políticas de apoio ao setor público e também ao setor privado, pois é necessário criar estratégias de ação que satisfaçam às necessidades nacionais da educação superior. Com isso, reforça-se a função do Estado enquanto planejador e fiscalizador da educação em parceria com os projetos privados. “O Estado considerado ineficiente na gestão da educação teria a racionalização dos gastos no apoio da iniciativa privada”. (MARI, 2006).

² Behring (2007), convencionou chamar essa reestruturação de “contra-reforma do Estado”, uma vez que a autora argumenta que ocorre uma “evocação” das relações liberais, isto é um retrocesso das políticas públicas, através do qual tem se dado ênfase às privatizações e tratado com descaso as conquistas de 88 no campo da seguridade social.

A educação tem sido tratada pelo Banco Mundial, como um elemento dinamizador da economia, particularmente no que tange à geração e valorização de capitais “A universidade continua sendo vista pelo BM, [...] como espaço de produção de conhecimento em função do econômico”, afirma Mari (2006). Esses ajustes propostos por órgãos multilaterais são formas de levar as economias periféricas à adaptarem aos padrões da ordem mundial.

A desresponsabilização do Estado com a garantia de um ensino gratuito para todos(as) se expressa na formação educacional tanto a nível superior quanto a nível fundamental e médio, anualmente é lançada uma massa de analfabetos funcionais no mercado que devem ingressar no ensino superior com uma frágil base educacional. E nesse sentido, o Ministério da Educação, em lugar de criar estratégias de enfrentamento dessa problemática investindo mais na educação básica, tem realizado “reformas”, nas políticas de ensino superior, ampliando o número de vagas nas universidades sem, contudo, garantir condições adequadas para uma formação profissional, inserindo assim, o ensino numa lógica produtivista de geração de dados na tentativa de maquiagem a precarização da educação e compensar a carência de investimentos no ensino superior público, registra o Andes (2007).

É necessário que haja o fortalecimento da universidade verdadeiramente pública e de qualidade no Brasil, isto é: uma universidade que garanta uma formação profissional para o mercado de trabalho, mas que principalmente articule essa formação com uma educação cidadã, humana e política formando profissionais reflexivos através do fortalecimento do eixo ensino e pesquisa e extensão, que contribuem para uma diversidade do conhecimento e uma aproximação da universidade com a realidade local.

4 A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES NO VALE DO MUCURI

O curso de Serviço Social tem seguido essa lógica da educação na era neoliberal. De acordo com os dados do MEC/INEP de abril de 2007, dos 253 cursos de graduação em Serviço Social do país inscrito em unidades de ensino superior, 207 estão em centros privados e apenas 46 em instituições públicas, ou seja, 82% do total estão em instituições particulares enquanto que apenas 18% encontram-se em universidades públicas. No que diz respeito à distribuição das vagas, desse total de instituições, as que são de natureza privada são responsáveis por aproximadamente o quádruplo das vagas oferecidas no curso, com destaque para as EADs que oferecem 30% do total das vagas (IAMAMOTO, 2008).

No Estado de Minas Gerais essa realidade do curso de serviço social não difere do contexto nacional. Em conformidade com os estudos de Iamamoto, 2008 o estado comporta 3927 vagas distribuídas em 48 IES, além disso, a autora acrescenta que

Em Minas, o crescimento do ensino privado em Serviço Social é recente e avassalador. Entre as décadas de 1930 e 1994 foram criadas apenas 06 IES nessa área, das quais 01 pública e 05 privadas. No período 1995-2002, no Governo Cardoso foram criadas mais 8 IES, sendo 2 públicas e 6 privadas. [...] No período de 2003-2007 (Governo Lula), em apenas 04 anos, são criadas 34 novas IES, das quais 33 são instituições privadas e 01 pública, totalizando, em abril de 2007, 48 IES sendo 44 privadas e somente 04 públicas.

Em Teófilo Otoni – Vale do Mucuri, Minas Gerais – a política da educação acompanha esta lógica nacional e estadual privatista. Tendo em vista que atualmente a cidade é sede de 06³ instituições de ensino superior, e dessas, 04 são de natureza privada com ensino presencial, 1 universidade privada com ensino a distância e, recentemente 01 universidade pública federal. Dessas 06 instituições de ensino, 04 faculdades oferecem o curso de graduação em Serviço

³ FENORD, DOCTUM, UNIPAC, IESFATO todas privadas de ensino presencial, a UNOPAR de ensino privado à distancia e a UFVJM de natureza pública federal.

Social, sendo que dessas, 02 são instituições privadas com ensino presencial, 01 EAD privada 01 instituição de ensino público, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM, criada em 2006.⁴ Observa-se, portanto que há um predomínio das faculdades privadas de Serviço Social na região⁵.

O que temos observado nos trabalhos do projeto de extensão “Relações Sociais na Ordem do Capital” é que há uma enorme fragilidade teórica dos profissionais formados a partir da intensificação desse modelo privatista, em especial no que se refere à leitura e compreensão da teoria social crítica, isto é uma carência quanto ao entendimento das fontes constitutivas e determinantes que consubstanciam as relações sociais nas quais vivemos, debate que é central dentro do projeto de formação profissional defendido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Uma outra questão verificada foi que, nestas instituições privadas, existe uma pouca articulação entre o ensino a pesquisa e a extensão, tão importantes para uma formação cidadã e diversificada.

Cabe destacar também a dificuldade daqueles profissionais em relacionar teoria e prática, um velho dilema dentro do Serviço Social, mas que ainda se apresenta como um desafio à profissão. Esta questão tem sido analisada por diversos autores da categoria como uma deficiência no processo de formação e não como uma problemática individual, pois as instituições privadas em geral têm oferecido uma formação centrada no mercado de trabalho, com um frágil rigor teórico-metodológico e uma rasa conexão com a cotidianidade da prática profissional. Isso, por sua vez, tem refletido no trabalho desses assistentes sociais que enfrentam constantes dificuldades na superação da imediatividade das questões cotidianas, pois não conseguem vislumbrar a totalidade das relações sociais e pensar uma saída coletiva.

Após situar os casos dos cursos de Serviço Social das instituições privadas, faremos uma breve análise do Serviço Social de uma universidade pública, que por ser ter se instalado recentemente em uma unidade de ensino nova, tem enfrentado junto com ela os desafios de se construir uma universidade diferenciada. Fundada em 30 de setembro de 1953 e federalizada em 17 de dezembro de 1960, a Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (Fafeod) transformou-se em Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid) em 04 de outubro de 2002, que foram elevadas à condição de Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em 06 de setembro de 2005. A mudança Institucional, além de representar a redefinição da organização acadêmica, proporcionou a reorientação e ampliação dos cursos oferecidos à grande diversidade cultural existente na região, às demandas da população regional e às novas características do mercado de trabalho.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri é constituída de três campus, sendo o Campus I e o Campus JK localizados na cidade de Diamantina – Minas Gerais – sediando cinco faculdades e 22 cursos de graduação⁶; e o Campus do Mucuri, localizado na

⁴ As IES privadas que oferecem curso de Serviço Social presencial são: DOCTUM e UNIPAC, a EAD é a UNOPAR e a instituição pública é a UFVJM.

⁵ Pra uma análise mais detalhada da privatização do curso de Serviço Social no Vale do Mucuri estamos desenvolvendo uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, que será concluída no final do ano de 2010. Até o momento temos maiores informações do processo de precarização enfrentado pela UFVJM, o que por sua vez tem reflexos intensos no curso de Serviço Social da região.

⁶ Cursos de graduação em Diamantina: Agronomia, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Florestal, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Química, e Zootecnia. Entre os cursos de graduação que são frutos da expansão universitária encontram-se: Sistema de Informação, Turismo e os vinculados ao REUNI – Bacharelado em Ciências e Tecnologia, Bacharelado em Humanidades, Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica Engenharia Química, Geografia, História, Letras Inglês/Espanhol e Pedagogia. Já os Cursos de graduação em Teófilo Otoni são: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Matemática e Serviço Social, todos ligados à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas. Somam-se a esses, os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Hídrica, Engenharia de Produção, frutos do Programa REUNI.

cidade de Teófilo Otoni, que abriga duas faculdades com nove cursos de graduação, entre esses o curso de Serviço Social.

O Campus Mucuri é fruto do processo de expansão universitária. Uma política desenvolvida no governo FHC e intensificada no atual governo, que objetiva a democratização do acesso ao ensino superior e o desenvolvimento econômico, social e cultural de determinadas regiões do país. Desse modo, ao mesmo tempo em que a implantação dessa universidade na cidade de Teófilo Otoni se apresenta como uma forma de democratização do ensino local, as condições reais de garantia desse um ensino público ainda são muito precárias, tendo em vista os desafios que atualmente a UFVJM e por sua vez o curso de Serviço Social têm enfrentado.

Um dos principais limites a serem superados pela UFVJM remete-se ao fato desse novo campus ter sido, assim como a maioria dos campi criados a partir da política de expansão universitária, resultado de uma expansão mal planejada, no qual se ampliaram as vagas e os números de cursos sem, contudo, pensar nas condições dessa expansão. Impulsionados pela “inegável necessidade de democratizar o acesso e promover a inclusão das camadas mais desfavorecidas da população, [...] promove-se um ensino ‘pobre para os pobres’, cuja ênfase recai na formação do cidadão trabalhador para a sociedade do desemprego” (ANDES, 2007).

Esse foi o cenário de criação do campus UFVJM no Vale Mucuri e as conseqüências dessa expansão se expressam diversas formas, entre as quais destacam-se: dificuldades de promoção de um ensino com qualidade devido, entre outros fatores, à incipiente infra-estrutura, com restritos espaços para o desenvolvimento de pesquisa, extensão e grupos de estudos; a insuficiência de técnicos administrativos e corpo docente, sendo que atualmente o número de alunos por professor é superior a 18/1, e não há expectativas muito positivas a esse respeito, tendo em vista o histórico de contratação dos professores⁷ e no curso de Serviço Social são apenas 11 professores e desses 7 são assistentes sociais, o que é muito pouco pela demanda do curso que já conta com nove períodos, com cerca de 25 alunos por turma, funcionando, sendo, portanto necessário no mínimo 20 assistentes sociais professores. Essa carência de professores tem reflexos muito negativos no processo de formação profissional, pois com a excessiva carga de trabalho, os professores não têm tempo para preparem suas aulas, não conseguem desenvolver pesquisa, tão pouco extensão, não tem condições de se qualificarem profissionalmente e, além disso, ocorre o processo de junção de turmas, o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem.

Associado a isso, tem-se um restrito acervo bibliográfico, o que é muito sério para os cursos de humanidades que têm a biblioteca como laboratório e os livros como instrumentos de estudos, resultando assim, nas dificuldades em se promover uma formação profissional condizente com os princípios previstos pela ABEPSS.

Essa precarização da política da educação, assim como outras políticas sociais, tem contribuído indiretamente para um processo de valorização das iniciativas privadas, pois, como afirma Behring (2009) “deve-se considerar também que a degradação dos serviços públicos e o corte dos gastos sociais levam a um processo de privatização induzida nesse terreno”.

À esses desafios somam-se a fragilidade política de muitos discentes e docentes em lutar e somar forças com o movimento estudantil e movimento dos docentes na construção de mecanismos reivindicatórios que pressionem uma maior participação do Estado nas políticas públicas, bem como a luta por uma universidade verdadeiramente pública e de excelência em ensino, pesquisa e extensão para todos e todas. Isso nos revela uma questão latente na

⁷ A contratação de professores para IES públicas no nosso país apresenta um déficit de professores que chega a cerca de 5 800 vagas, excluindo as aposentadorias. Confira os indicadores sociais no campo da educação nos cadernos do ANDES (2007, sn).

sociedade capitalista atual, isto é, a intensificação do individualismo, a não identificação com os projetos coletivos e a cultura da não participação política.

Nesse sentido, se por um lado, essa expansão universitária tem se apresentado como uma política importante no desenvolvimento social, cultural, econômico e político de algumas regiões, e, além disso, tem ampliado o número de vagas nas universidades públicas, possibilitando que muitas pessoas, principalmente aquelas que não teriam condições financeiras de ingressarem em um ensino superior de natureza privada, acessarem uma universidade pública e fazer um curso de graduação.

Por outro lado, essa política de expansão universitária possui muitas fragilidades, sobretudo no que diz respeito ao processo de implementação desses novos campi, as condições de infra-estrutura e corpo docente, bem como a expansão universitária pelas vias do Reuni e da universidade nova, que têm como pano de fundo a reforma universitária. Isso porque defendemos a democratização do acesso ao ensino superior, entretanto, esse acesso deve garantir condições iguais para todos e todas e o ensino deve ser de excelência. Ao Estado cabe garantir isso e não somente o acesso, precário, de alguns.

5 Conclusões

Assim, a forma como tais políticas têm se dado, o que tem sido notado é uma crescente centralização de renda, de poder e de oportunidades à uma pequena parcela capitalista da sociedade e conseqüentemente uma ampliação e concentração da miséria e da precarização das condições de trabalho e de vida da grande maioria da população, intensificando a pobreza, a violência, o desemprego, a fome, entre outras expressões da “*Questão Social*”. No tocante à educação, o que observamos é um direcionamento das diretrizes e das ações estatais no sentido de fortalecimento das relações mercantis, não primando pela qualidade do ensino, mas pela geração de números que passem uma segurança de investimento no país e que facilitem o desenvolvimento do mercado financeiro. Por fim, quanto ao ensino em Serviço Social o que temos verificado é uma dificuldade de se fortalecer o projeto de formação profissional proposto pela ABEPSS que propõe uma formação *teórico-metodológica*, orientada pela teoria social crítica; *ético-política*, voltada para uma defesa radical da democracia e *técnico-operativa* que efetive os princípios do Código de Ética do Assistente Social, de 1993 na luta pela igualdade, liberdade e justiça social, que são condições necessárias para a construção de sujeitos sociais autores de sua própria história.

6 Referências Bibliográficas

- ANDES. As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. *Cadernos ANDES*, Nº 25. Brasília: Fotoart Editora, 2007.
- BEHRING, E. R. *As novas configurações do Estado e da sociedade civil no contexto da crise do Capital*. In: Coletânea - Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, 2009.
- BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- BRASIL. *Código de ética do Assistente Social*, Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993. Brasília, 1993.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: Capital contemporâneo, trabalho e questão social*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- KOIKE, M. As novas exigências teóricas, metodológicas, e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. In: CEAD (Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância). *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Mód. II. Brasília: CEAD, 1999. Cap .6.
- MARI, C. L. *Educação Superior e Sociedade do Conhecimento: Entre as Orientações Econômicas e Pedagógicas do Banco Mundial na Década de 1990*. Texto apresentado no IV

Congresso Internacional sobre História y Prospectiva de las Universidades de Europa e América. Barquisimeto, 2006.

TORRES, C. A. Estado, Privatização e Política Educacional: Elementos Para Uma Crítica do Neoliberalismo. In: GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Críticas ao Neoliberalismo em Educação*. Petrópolis: Vozes Editora, 1995.

NETTO, J. P. *Reforma do Ensino Superior e Serviço Social*. Revista Temporalis. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. Ano I, Nº 1, Jan-Jun, 2000.

UFVJM. *Histórico da UFVJM*. Disponível em: www.ufvjm.edu.br. Acesso em 23 de Nov. de 2009.